



## A modernidade da ideia de cultura no Brasil do modernismo

### *The modernity of the idea of culture in modernist Brazil*

**Matheus Fernandes MANHÃES**

Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[matheusfmanhaes@gmail.com](mailto:matheusfmanhaes@gmail.com)

**Maria Mello de MALTA**

Instituto de Economia  
Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[mariamalta@ie.ufrj.br](mailto:mariamalta@ie.ufrj.br)

**Abstract.** *The article discusses the history of the Brazilian incorporation of the concept of "culture," drawing on the controversy between Gilberto Freyre and Oliveira Viana. We argue that its hegemonization, dating from the early 20th century, was a response to the contradictions posed by the formation of the Brazilian state and the country's late capitalist modernization. In this context, the concept of culture began to gain relevance through references to the German intellectual tradition, gradually replacing the notion of "civilization" as the key to understanding Brazilian social dynamics. In this process, Freyre played a decisive role: he articulated the concept of culture with the racial issue, distinguishing it from its European origins and consolidating its centrality in the Brazilian public debate.*

**Keywords:** *Brazilian Interpreters; Culture and Civilization; Gilberto Freyre; Brazilian Social Thought; Racism.*

**Resumo.** O artigo discute, valendo-se da controvérsia entre Gilberto Freyre e Oliveira Viana, a história da incorporação brasileira do conceito de "cultura". Argumentamos que sua hegemonização, datada do começo do século XX, respondeu às contradições postas pela formação do Estado brasileiro e pela modernização capitalista tardia do país. Naquele contexto,



o conceito de cultura começou a ganhar relevância a partir de referências na tradição intelectual alemã, substituindo relativamente o de “civilização” como chave para a compreensão da dinâmica social brasileira. Neste processo, Freyre foi decisivo: cumpriu o papel de articular ao problema racial a ideia de cultura, diferenciando-a de suas origens europeias e consolidando sua centralidade no debate público brasileiro.

**Palavras-chave:** Intérpretes do Brasil; Cultura e Civilização; Gilberto Freyre; Pensamento Social Brasileiro; Racismo.

Recebido: 08/12/2024 Aceito: 13/05/2025 Publicado: 29/06/2025

DOI:10.51919/revista\_sh.v1i0.480

## 1. Cultura: itinerário político, estatuto epistemológico

Pioneiro dos estudos culturais, Renato Ortiz disse, certa vez, que o tema da cultura brasileira oferece, entre nós, o “subsolo estrutural que alimenta toda a discussão em torno do que é o nacional” (Ortiz, 1986, p. 7). Numa sociedade onde a construção do *novo* paga alto tributo ao *velho*, onde a nação democrática parece um devir eternamente incompleto, a cultura assume o papel daquele plano ideal no qual projetamos a possibilidade de sua realização. Para diversos campos do pensamento social e político, a ideia de cultura oferece um código para a utopia.

Contudo, nem sempre foi assim. Palavra central à reflexão contemporânea, mobilizada hoje por todos nós com impressionante intimidade, veremos que “cultura” possuía, no Brasil, há menos de cem anos, ares de estrangeirismo. Parece-nos intrigante, e possivelmente muito revelador, refletir sobre como uma ideia ascendeu tão rápida e poderosamente ao nosso vocabulário não apenas científico, mas cotidiano. O que damos ao conceito retiramos de nossas dores, a ideia dá, por assim dizer, o rastro de nossos modernos conflitos.

Inspirados pelos estudos seminais de Raymond Williams (2007) e Terry Eagleton (2011) quanto à gênese histórica e social do conceito de cultura, dedicamo-nos, neste trabalho, a contar a história *brasileira* da ideia. Para tanto, discutimos como dois nomes do conservadorismo brasileiro, Oliveira Viana e Gilberto Freyre, contribuíram decisivamente para trazer ao debate, pela via das ciências sociais, a então estrangeira ideia de “cultura”.

A escolha de tal controvérsia atende ao nosso empreendimento geral por ao menos duas razões interdependentes.

A primeira, porque pressupomos, com base na consolidada bibliografia em torno da obra de Gilberto Freyre (ver Mota, 1975; Ortiz, 1986; Ricupero, 2008), o papel decisivo de seu *magnum opus*, *Casa-grande & Senzala*, em introduzir a ideia de “cultura” ao debate público brasileiro. Não nos satisfaz, contudo, a explicação de que isso teria ocorrido pela “genialidade” do autor ou

de sua obra, que “sobreviveria” a despeito de seu conteúdo controverso. Em suma, oferecemos apontamentos críticos orientados para a explicação de como o pensamento de Freyre, analisado no escopo reduzido do debate em torno do conceito de “cultura”, encontrou em seu contexto histórico condições objetivas capazes de explicar o caráter hegemônico adquirido pela obra.

A segunda, porque nos dá a oportunidade de integrar à história do conceito de cultura a discussão tanto de sua dimensão sociopolítica, sem a qual não a entendemos, quanto de seus fundamentos epistemológicos, a discussão de seu estatuto científico. É precisamente a este último aspecto que se propôs Oliveira Viana, a um exame minucioso da incorporação freyriana do conceito de cultura. Quanto ao primeiro aspecto, a posição reacionária de Viana contribui, como veremos, para a contextualização crítica do debate relativo à história da ciência.

Este trabalho é estruturado em cinco seções, incluindo esta e nossas considerações finais. Iniciamos por uma brevíssima fundamentação histórica da incorporação brasileira da ideia de cultura. Na terceira seção, analisamos a construção freyriana da ideia de cultura a partir de seu clássico *Casa-grande & Senzala*. Discutimos, então, a crítica desferida ao pernambucano por Oliveira Viana em seu *Instituições políticas no Brasil*. Nas considerações finais, apresentamos a suma de nossas discussões, desdobrando as questões levantadas ao longo do artigo.

## 2. Civilização e cultura: o caminho até Gilberto Freyre

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor - separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura, a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Nesse critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. (Freyre, [1933] 2006, p. 32)

Quando confrontados com o pensamento de Gilberto Freyre (1900-1987), somos quase imediatamente remetidos à ideia de “democracia racial”: a noção, cristalizada tacitamente com a publicação de *Casa-grande & Senzala*, de que a miscigenação racial teria poupado o Brasil dos conflitos oriundos do preconceito de raça. Embora a ideia de democracia racial não esteja assim chamada na obra do pernambucano, não há dúvidas, após quase um século de exposição da obra à crítica, que é de fato este o núcleo de seu argumento.

Cabe-nos aqui chamar atenção para como o argumento de Freyre se constrói, como sugere a citação acima, precisamente ao afastar-se, ainda que não inteiramente, do conceito de raça, e, como demonstraremos, também do de civilização. Antes disso, observemos nesta seção a centralidade dessas categorias no pensamento social brasileiro anterior à obra do pernambucano, e a dimensão histórica de sua relativa substituição pela ideia de cultura.

Estando ainda afastada do país o conceito de “cultura”, é sobretudo o conceito de civilização que domina o discurso nacional brasileiro hegemônico ao longo do século XIX. O “civilizado” e o

“bárbaro” constituem espécie de par constitutivo à incorporação imperialista, por parte das nações ocidentais, do vocabulário legado pelo iluminismo (Eagleton, 2011).

Naquele contexto, a ideia de “civilização” ainda comportava consigo a imagem unitária do universalismo humanista europeu. Uma universalidade muito ambígua, é claro. Ela é concreta e inegável, no sentido de que seu caráter simbólico depende da universalização da sociabilidade burguesa: a constituição de um mercado mundial, a mundialização da ordem capitalista, em relação a qual o empreendimento colonial é produto. Por outro lado, essa mesma universalidade é uma ficção, na medida em que o ser social se universaliza à imagem de um ser humano *particular*, o burguês, europeu (cf. Augusto; Miranda; Corrêa, 2020, p. 90).

Em *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil* – obra de José Bonifácio (1832), precursor do discurso nacional em nosso país –, observa-se com muita nitidez o modo de uso do conceito de “civilização”. Abastece este o esforço de reunir, na unidade de uma mesma ordem liberal-burguesa, a profusão de sociabilidades subjacentes ao Estado nacional; que as garante, sobretudo coercitivamente, a integração político-econômica.

Publicado sete décadas depois, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, já apresenta um conceito de cultura – preso, nota-se, à ideia de civilização, cumpre em relação a esta função marginal no interior do argumento do ensaísta. A ideia de cultura, aqui, é identificada à civilização, preservando a acepção iluminista. É chamada ao debate para enfatizar a oposição entre moderna (capitalista, burguesa) civilização e a vida à margem da história (estagnada, particular etc.):

O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos. / Valerá a pena defini-los? / A força portentosa da hereditariedade, aqui, como em toda a parte e em todos os tempos, arrasta para os meios mais adiantados – enluvados e encobertos de tênue verniz de cultura – trogloditas completos. Se o curso normal da civilização em geral os contém, e os domina, e os manietta, e os inutiliza, e a pouco e pouco os destrói, recalando-os na penumbra de uma existência inútil, de onde os arranca, às vezes, a curiosidade dos sociólogos extravagantes ou as pesquisas da psiquiatria, sempre que um abalo profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis, eles surgem e invadem escandalosamente a história. (Cunha, [1902] 2013, p. 359)

Em ambos os casos – o de Bonifácio e o de Euclides, aqui evocados enquanto exemplos –, os conceitos de civilização e cultura respondem, no interior do debate sobre a nacionalidade, à centralidade do problema racial. Pareceria-nos estranho, em suma, imputar aos cânones do pensamento brasileiro do século XIX a constituição de uma ideia de nacionalidade lastreada na noção de “cultura” brasileira.

Do ponto de vista estritamente “semântico”, isso só ocorre conforme o conceito de cultura se desprende, na Alemanha de meados do século XIX, da ideia de civilização, tornando-se, gradualmente, o seu oposto, a sua antítese. No país de Goethe, “cultura” se tornava crítica voraz àquela unidade civilizatória apregoada pelo iluminismo, sobretudo o francês. E tão mais conforme for necessário à “intelligentsia” alemã – e, depois, ao Estado prussiano – o estabelecimento da

ideologia da unidade nacional da Alemanha. Projeto que só será consumado tardiamente, não por uma coincidência, na intrusão da Galeria de Espelhos do Palácio de Versalhes (ver Eagleton, 2011; Lukács, [1954] 2020).

Na experiência brasileira, o conceito de cultura – em sua inspiração alemã, *Kultur*, particularidade em oposição à “universalidade” da civilização ocidental – terá condições objetivas para a sua popularização e autonomização conforme se expande no Brasil uma crítica ao liberalismo anglófilo; precisamente quando, contraditoriamente, começa a consolidar-se no país uma ordem social burguesa.

A “República de Fazendeiros”, como chamou-a João Antônio de Paula, não podia dar conta das contradições postas pelo avanço da industrialização, da modernização política, e, principalmente, “da emergência na cena política de novos sujeitos e projetos” (Paula, 2021, p. 272). Destacam-se entre estes o imenso contingente populacional negro “liberto”, porcamente integrado à sociedade de classes; mas também toda a profusão de egressos de outras “culturas”, imigrantes europeus, árabes, japoneses etc. com quem as populações racializadas deverão competir no mercado de trabalho que se constitui gradualmente no país após a Abolição.

Caberá ao Estado desenvolvimentista integrar esses contingentes sob uma mesma cultura – objetivamente, acelerando, com base no modelo substitutivo de importações, os elementos que compõem a modernização que a anima; subjetivamente, valendo-se dos referenciais simbólicos do século anterior para demarcar não apenas os termos de nossa identidade, mas para distingui-los mais marcadamente em relação ao estrangeiro<sup>1</sup>. As circunstâncias que originam o casamento entre o antiliberalismo e o ideal coletivo de construção de uma nação autônoma oferecerão o núcleo dinâmico comum, de suas versões múltiplas, do modernismo e do desenvolvimentismo brasileiros (cf. Pécaut, 1990 e Fonseca, 2005).

Em síntese, conforme as “raças” brasileiras encontram-se enfim identificadas, ainda que malbaratada e assimetricamente, pelo trabalho assalariado, perde força o caráter integrador do conceito de civilização, ao menos tal como expresso de acordo com os postos pela ordem escravista. “Cultura” passará então a ser chamada ao debate não para nos oferecer a chave da possível unidade sistêmica em relação à ordem estrangeira – como se passava, antes, com “civilização” – mas para, como na experiência alemã, dar sentido aos termos que nos diferenciariam daquela unidade. Isso só se torna plenamente possível quando esse sistema já está, ainda que de modo desigual, estabelecido.

### 3. A democracia racial como peculiaridade cultural brasileira

*Afinal, não é próprio do espírito gilbertiano  
operar com pares antagônicos para esvaziá-los?*  
(Carlos Guilherme Mota)

---

<sup>1</sup> Para uma contribuição a este debate, ver os apontamentos propostos pela conclusão da tese de Ricupero, 2002.

Com base na seção anterior, não deverá surpreender a aparente contradição entre Freyre, com a ideia de “cultura”, ter oferecido a talvez mais bem acabada formulação conservadora do racismo brasileiro, que é o seu apagamento, quatro décadas após a dissolução do sistema escravista, que da racialização tanto dependia. Assim como Gobineau deu partida à sistematização teórica do pensamento racista precisamente quando já declinava a escravidão europeia, Freyre faz uma apologia à Casa Grande quando ela só existe como imagem romântica, escanteada pelo signo do desenvolvimento urbano-industrial, do qual o Estado Novo, contra o qual se dirige o pernambucano, faz sua bandeira.

A despeito das diferenças entre o pensamento romântico de Gilberto Freyre e a tessitura ideológica do Estado que se consolida no segundo quartel do século XX, é possível, a partir do que vínhamos expondo, derivar, de partida, ao menos uma afinidade entre ambos, capaz de contribuir para uma explicação genérica da incorporação daquele por este. Trata-se simplesmente da possibilidade de ser “cultura” um conceito *em si* ideológico.

Ideológico no sentido mais pejorativo da ideia, na medida em que “cultura” tende, sobretudo quando mobilizado à órbita do Estado, a apagar as contradições internas da nacionalidade valendo-se de uma abstração que homogeneiza suas partes – a despeito, como notamos, de suas diferenças histórico-estruturais. Posição que alimentou os trabalhos de importantes intelectuais brasileiros, ligados sobretudo à Universidade de São Paulo (ver, por exemplo, Mota, 1975).

Mas também “ideológico” em seu sentido mais brando. Na feliz expressão de Renato Ortiz, ao pôr em pauta a cultura, Freyre ofereceu-nos uma “carteira de identidade”, um código com que podemos mediar, no plano simbólico, as nossas semelhanças enquanto povo (Ortiz, 1986, p. 42). Em meio a um contexto de história contada a partir dos feitos dos “grandes homens” e do Estado, os episódios retratados por Freyre dão centralidade à sociedade civil que o fundamenta.

Há, porém, outra questão, mais profunda e para a qual chamaremos agora atenção. Diz respeito ao modo específico como Freyre apresenta a ideia de cultura, como configura ontologicamente a relação entre cultura e nacionalidade. Ou seja, diz respeito a como o sociólogo hipostasia a ideia de cultura, transforma a formação da “cultura” em própria causa explicativa da nacionalidade.

Observemos o trecho abaixo, síntese da resposta freyriana ao conceito de civilização, que vínhamos expondo.

Costuma dizer-se que a civilização e a sifilização andam juntas: o Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado. Os primeiros europeus aqui chegados desapareceram na massa indígena quase sem deixar sobre ela outro traço europeizante além das manchas de mestiçagem e de sífilis. Não civilizaram: há, entretanto, indícios de terem sifilizado a população aborígine que os absorveu. (Freyre, 2006, p. 100)

É verdade que, nos primeiros momentos da intrusão portuguesa, não preocupou ao lusitano a ocupação do território, do qual se usufruía por um sistema análogo ao de feitorias. Todavia, essa

exploração já é, em si, um capítulo da expansão comercial europeia, e, nesse sentido, só será elemento constitutivo de uma nacionalidade brasileira conforme o empreendimento colonial lança suas bases sobre o território e garante sua unidade sob o jugo do Estado português. Em síntese, apontamos tão-somente que, por uma questão lógica, só podemos, hoje, “olhar para trás” e observar a constituição histórica de uma “cultura sifilizada” na medida da garantia de sua unidade, a nação, cristalizada nos termos da agência do Estado que a assegura.

O que Freyre faz, na prática, é orquestrar expositivamente a existência de uma “cultura” anterior à história da nacionalidade, autonomizando abstratamente o conceito em relação a esta. A operação epistemológica tem, portanto, grave desdobramento político: afasta-nos do debate em torno do modo como as condições da racialização em nosso país sempre responderam à necessidade de estabelecer-se aqui uma determinada ordem social, tendo o Estado garantido-a através dos meios e das violências que lhe parecerem necessários para tanto.

Para o sociólogo, é, contudo, a família que, como bem observou Ricupero (2008), dá a síntese das determinações que, constituindo e preservando o elemento miscigenador, assegurariam, desse modo, a unidade nacional, permitindo que falemos, hoje, em cultura brasileira. Não à toa, o título alternativo de *Casa-grande & Senzala* é, precisamente, *Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. A unidade nacional deve ser encontrada nas cópulas, à órbita da Casa Grande, que dão luz à cultura. Esta é, afinal, a mistificação básica da obra.

É nesse sentido que Freyre traz, já podemos concluir, não apenas o conceito de cultura ao debate brasileiro. Traz consigo o culturalismo: a operação metodológica em que a ideia reificada de cultura salta sobre todas as determinações constitutivas do ser e de sua história – no caso de Freyre, da história do ser nacional, do brasileiro. As determinações postas pelas contradições da racialização são chamadas engenhosamente ao debate de *Casa-grande* apenas, como bem denunciou nossa epígrafe, para dissolver-se no interior da síntese da cultura (ver Mota, 1975).

Em suma, o Estado e sua dialética com a sociedade, ainda que estejam marginalmente presentes na obra, são lançados a escanteio para elevar tacitamente o conceito de “cultura” à condição de determinação-síntese das mediações históricas que levam à constituição da nacionalidade. Embora revele uma inegável riqueza de fatos históricos, *Casa-grande & Senzala* é, em seu conjunto, uma obra anti-histórica, na medida em que a “cultura” reificada é, fundamentalmente, o elemento que dá dinamicidade à história contada pelo sociólogo.

Se podemos e devemos, ao lado da bibliografia contemporânea, repudiar a farsa da democracia racial, é preciso considerar ainda que é também por ter formulado a mais poderosa exposição de como a ideia de cultura se sobressai como categoria explicativa à constituição do ser brasileiro que Freyre não deixa de atormentar, *como um pesadelo, o cérebro dos vivos*. A autonomização da ideia da cultura tornada sujeito da história aponta para a exclusão de conflitos centrais à sua explicação, como o racial. Em síntese, não é apenas o argumento de *Casa-grande & Senzala*, mas a própria epistemologia mobilizada, que aponta tendencialmente para a ideia de democracia racial.

Desse modo, parece natural que o pensamento de Freyre tenha sido de contributo ao Estado, sobretudo às suas experiências mais autoritárias - do próprio Estado Novo, como delineamos, mas sobretudo ao regime civil-militar iniciado em 1964, por Freyre defendido. Em ambos os casos, é interessante o argumento de defesa da democracia no abstrato da “cultura” quando não é possível tê-la na realidade. O já mencionado trabalho de Renato Ortiz (1986) registra como os Conselhos Federais de Cultura do regime não fizeram senão levar às últimas consequências o culturalismo freyriano, o integrando à lógica de mercado tal qual se expressava no regime.

Mas de contributo, também, aos artistas e intelectuais progressistas da época, que, alega Antonio Candido ([1967] 1995, p. 10), teriam reagido à publicação de *Casa-grande & Senzala* reverenciando a sua “força revolucionária”. Teriam valido-se da obra do pernambucano, notadamente de sua imagem da cultura, para, por um lado, afirmar uma autoestima nacional e advogar a autonomia espiritual da nação; por outro, afastar-se do perfil do racismo esposado, por exemplo, pela eugenia. Ainda que dificilmente tenham conseguido superar, desse modo, as contradições da racialização na própria realidade, valem-se, no geral, da ideia de cultura, e, não raramente, do culturalismo, como instrumentos para uma crítica, a qual consideravam emancipadora, capaz de dialogar com a modernização do paradigma racial no país.

#### 4. Oliveira Viana e a *Kultur* sob crítica

Está em moda hoje a famosa teoria da “cultura” como fator de explicação da vida e da evolução das sociedades humanas. O meio físico, tão valioso para Buckle e Huntington, foi posto à margem, como também expulsa liminarmente da ciência social a raça, que Gobineau e Lapouge, Chamberlain e Woltmann haviam tornado a causa única e exclusiva da civilização. Sob a influência desta nova teoria, só a “cultura” explica a sociedade humana, a sua existência íntima, a sua evolução - e a sucessão das civilizações. Em suma, a palavra “cultura” acabou transformando-se numa daquelas “omnibus words”, de que nos fala Boodin, “which pontifically pronounced is supposed to carry everything” (Viana, [1949] 2019, p. 63-64, grifos do autor).

*Casa-grande & Senzala* nos apresenta a um verdadeiro universo de contradições históricas, dissolvendo-as na ideia de cultura, Freyre, por sua vez, não pôde deixar de, em alguma medida, expandi-la. É precisamente contra a hipóstase do conceito da cultura – ou seja, como expusemos, o sobredimensionamento da ideia de cultura enquanto conceito explicativo para o desenvolvimento histórico e social – que Oliveira Viana lança as críticas metodológicas que fundamentam *Instituições políticas brasileiras*.

Convém notar que a obra de 1949 dá conta de apenas um capítulo da controvérsia entre os sociólogos. A despeito de seus prognósticos míticos, ao valorizar a miscigenação, Freyre estabelecera um ataque contundente ao teor do racismo esposado por *Povos meridionais no Brasil*, a obra mais conhecida de Oliveira Viana, publicada em 1920. Nesse sentido, *Instituições...* revela-nos um Viana “defensivo”, devendo prestar contas ao sucesso de *Casa Grande*. Freyre, ainda que não seja uma única vez mencionado na obra, está sob a crítica do sociólogo fluminense

precisamente, devemos argumentar, pelo modo como se opõe Viana às referências-chave do pernambucano, particularmente, à sua inspiração culturalista.

No cerne da crítica, como sugere a citação logo acima, está a anticientificidade do registro culturalista do conceito de cultura. Para Oliveira Viana, o conceito de cultura é, considerando sobretudo os autores que a popularizaram em sua matriz alemã, uma ideia metafísica. “Tornou-se a Kultur uma entidade onipresente e onipotente, explicadora exclusiva da formação do homem e da civilização”, denuncia Viana (2019, p. 66), nada pode “existir fora da cultura ou da causalidade culturalista”. A *cultura* enquanto determinação do caráter brasileiro, anterior mesmo à sua “civilização”, incorreria, para Viana, em grave determinismo cultural.

Para corroborar o seu argumento, Viana apresenta rica bibliografia em torno das primeiras manifestações, no Brasil, da ideia de cultura. Informa o sociólogo que sua popularização inicial teria sido produto da obra do filósofo alemão Oswald Spengler, culturalista. Nome de significativa influência intelectual no Brasil do primeiro quartel do século XX, Spengler teve impacto notável sobre o modernismo paulista de 1922 e, embora tenha, no geral, caído no esquecimento, destacou-se no debate público de sua época (ver a segunda parte do trabalho de Berriel, 1987). Esse “esquecimento” também se reflete nas análises contemporâneas de *Casa-grande & Senzala*, onde Spengler desempenha, notemos, um papel fundamental:

Spengler salienta que uma raça não se transporta de um continente a outro; seria preciso que se transportasse com ela o meio físico. E recorda a propósito os resultados dos estudos de Gould e de Baxter, e os de Boas, no sentido da uniformização da média de estatura, do tempo médio de desenvolvimento e até, possivelmente, a estrutura de corpo e da forma de cabeça a que tendem indivíduos de várias procedências reunidos sob as mesmas condições de “meio físico” (Freyre, 2006, p. 34)

Em suma, é valendo-se tanto de Spengler como da sociologia norte-americana que Freyre nota o modo como os elementos concernentes à “unidade colonizadora” respondem não à raça ou ao produto do meio físico, mas resultam do processo como este atua na determinação daquela, produzindo a peculiaridade cultural (cerne, como notamos, do argumento de *Casa-grande & Senzala*). A crítica de Viana repousa precisamente sobre o entendimento de que a metafísica alemã do século XIX e a moderna antropologia norte-americana constituem uma unidade: são, ambas, culturalismo.

O lugar hierarquicamente superior ocupado pela ideia de cultura no desenho freyriano da constituição do ser nacional, isto é, o sobredimensionado estatuto ontológico de sua ideia de cultura, a aproxima, como apontamos na seção anterior, de uma metafísica da cultura brasileira. Se disséssemos que tal pecado epistemológico pertence a um determinado “entulho filosófico”, a herança “pré-científica” conformada pela influência direta ou indireta do pensamento alemão sobre Freyre, salvaria-se por tabela a cientificidade “redentora” da moderna sociologia norte-americana, mais próxima de nosso presente. Para Viana, contudo, o movimento que leva desta

metafísica pré-científica à dita cientificidade de tal empreendimento sociológico contemporâneo é ilusório.

Argumenta o sociólogo que, se a primeira fase do culturalismo encontrou “na Cultura uma virtualidade própria – mística ou mágica, como quer que seja – que anula qualquer ação em contrário do Homem reduzido assim à condição de homúnculo [...]” (Viana, 2019, p. 68), a segunda precisou tão somente reduzir o escopo da “cultura” ao método de cada ciência particularizada. Desse modo, o monocausalismo da metafísica alemã (tudo se explica pela Cultura) é preservado e pulverizado, alega Viana (2019, p. 80-81), pela ciência social norte-americana (tudo se explica nas culturas...), que se livra porém do título de anti-científica tão somente por ter cindido uma determinada totalidade na qual está inserida o seu objeto. Denuncia-se que o conceito de cultura, “ao penetrar o clima pragmatista da América do Norte, transformou-se de uma ‘hipótese metafísica’ numa ‘hipótese de trabalho’” (Viana, 2019, p. 81).

Nesse sentido, ainda que fizéssemos pouco caso da influência de Spengler e do pensamento alemão sobre Freyre, não cai por terra a crítica de Viana ao culturalismo freyriano. Sua antropologização da história da nacionalidade brasileira depende de um sobredimensionamento da capacidade explicativa da ciência antropológica, tornada um meio de acesso às “verdades” mais profundas da formação do Brasil, descrevendo seus costumes, relações de poder e estruturas familiares como metonímias do autêntico caráter nacional. Mesmo que tenha fartamente notado às contradições subjacentes ao trabalho sintético do conceito de cultura, Freyre não abandona o culturalismo próprio à metafísica alemã; é a ontologia, ou, ao menos, a visão de mundo no interior da qual o sociólogo pernambucano inaugura um campo científico.

Os apontamentos epistemológicos críticos de Viana encontram limites intransponíveis, evidentemente, em seu próprio programa reacionário: o sociólogo quer “reabrir” as contradições subjacentes à síntese do conceito de cultura para trazer de volta ao debate as discussões relativas ao papel do meio físico e da raça. Sua crítica à “antropologização” da vida remete, nesse sentido, a uma tentativa de reabilitar o estatuto científico do Direito (cf. Viana, 2019, p. 61), em declínio à medida que avançam os programas universitários de ciências sociais. Compreende-se, comparativamente, o papel dito “progressista”, no sentido mais controverso da palavra, de *Casa-grande & Senzala*. Não podendo evitar, contudo, a força crescente do conceito, Viana acaba por adotar a ideia de “cultura”, oferecendo-a um significado próprio.

## 5. Cultura e modernidade: do mito ao conflito

A “cultura” não foi, num belo dia, encontrada no jardim dos conceitos, colhida por sua beleza por um lavrador que, em sua genialidade, nos iluminou a todos com seu brilho. Neste trabalho, buscamos argumentar: o que anima o moderno conceito de cultura é, precisamente, a sua modernidade. A incorporação brasileira da *Kultur* alemã não se deu por acaso ou por mera afinidade teórica entre os intelectuais brasileiros e alemães. Ela ocorreu em razão do modo como ambos responderam às questões postas por um processo *mesmo*: a consolidação tardia,

articulada “gradual e seguramente” pelo Estado, de uma ordem social moderna, capitalista. Não obstante a semelhança, notamos, com o pensamento de Gilberto Freyre, o papel que cumpriu o sociólogo para fazer dialogar a ideia de cultura com a questão-chave da formação social brasileira, a saber, o problema racial. Desse modo, a história da ideia de cultura em nosso país particulariza-se decisivamente em relação à história de sua matriz europeia, sem negar as determinações que explicam ambas.

Ao se valer do conceito de cultura para pensar a formação social brasileira em termos de uma suposta *síntese* de determinações contraditórias, Freyre afastou a reflexão social do problema racial brasileiro tal qual este se expressava no século XIX. Desse modo, abriu caminho para a disputa dos sentidos da cultura, acabando por oferecer, num engenhoso golpe epistemológico, um campo de reflexão social e política próprio à disputa da sociedade brasileira construída a partir do segundo quartel do século XX. Não é possível compreender o pensamento das décadas de 1920 e 1930 em torno da ideia de “cultura” sem considerar tal aparente contradição: configuram críticas *modernas* à modernidade.

Ao contestar a cientificidade das referências-chave de *Casa-grande & Senzala*, Oliveira Viana nos oferece duas contribuições. A primeira: chama a atenção para as referências de contribuição direta ou indireta ao culturalismo freyriano, notadamente o pensamento alemão do século XIX, convidando-nos a discutir seu papel sobre a constituição do contemporâneo pensamento social brasileiro. A segunda: nos fornece um parâmetro comparativo para a sua contextualização, acabando por lembrar-nos que a importante crítica à mistificação culturalista esteve longe de significar, necessariamente, uma posição crítica, emancipadora.

Por fim, endossamos o que a crítica há muito já sabe, mas que não nos custa repetir: o conceito de cultura, tal como apresentado ao debate público brasileiro por Freyre, oferece, a despeito de sua aparente riqueza histórica, uma explicação mitológica para a constituição da nacionalidade e da unidade nacional. Mesmo que tenha discutido pioneiramente a sociedade civil, ao dissolver questões cruciais como o conflito racial, o pensamento freyriano oferece, tendencialmente, o insumo teórico para a sua desmobilização. Para superá-lo, a incorporação do conceito de cultura exige a negação do culturalismo que lhe deu origem — superação que é, ao nosso ver, o desafio político e epistemológico colocado aos críticos contemporâneos de *Casa-grande*.

## Agradecimentos

Este texto foi originalmente escrito como trabalho final da disciplina “Intérpretes do Brasil”, ministrada em 2024 por Maria Mello de Malta e Mércio Pereira Gomes no PPGHCTE. Nossos agradecimentos vão a ambos por seus comentários, bem como às queridas colegas Karla Simas, Márcia Medeiros e Rosa Malta. Agradecemos ainda a Patrick Oliveira, pelos comentários e pela generosa revisão (os equívocos, como deve sempre ser reforçado, são de nossa responsabilidade); aos nossos pareceristas anônimos e ao corpo editorial da Revista Scientiarum Historia; e aos organizadores da 17ª edição do Congresso Scientiarum Historia.

## Financiamento

O presente artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Referências

Augusto, André Guimarães; MIRANDA, Flávio; CORRÊA, Hugo F. Marx e os povos sem história. **Nova Economia**, v. 30, p. 69-93, 2020.

Berriel, Carlos. **Dimensão de Macunaíma: filosofia, gênero e época**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1987. Disponível em: [repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/47228](http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/47228) Acesso em: 17 set. 2024.

Bonifácio, José. **Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil**. [s. n. t.], 1832. Disponível em: [bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/430410](http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/430410) Acesso em: 10 set. 2024.

Candido, Antônio. O significado de Raízes do Brasil [1967]. in: HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Cunha, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, [1902] 2013.

Eagleton, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Fonseca, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 2103).

Freyre, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, [1933] 2006.

Lukács, Georg. Sobre algumas características do desenvolvimento histórico da Alemanha. in: **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, [1954] 2020.

Mota, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1975.

Ortiz, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Paula, João Antonio de. **O capitalismo no Brasil**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

Pécaut, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

Ricupero, Bernardo. Gilberto Freyre. in: **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

Ricupero, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Acesso em: 06 dez. 2024.

Viana, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [1949] 2019.

Williams, Raymond. Introdução. in: **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.